

## TRIBUNAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Acórdão do Tribunal da Função Pública (Primeira Secção) de 17 de março de 2015 — AX/Banco Central Europeu

(Processo F-73/13) <sup>(1)</sup>

*(Função Pública — Funcionários do BCE — Processo disciplinar — Sanção disciplinar — Despedimento — Direitos de defesa — Acesso ao processo disciplinar — Acesso às informações e documentos relativos a outros serviços — Prazo razoável — Legalidade da composição do Comité disciplinar — Papel consultivo do Comité disciplinar — Agravação da sanção relativamente à que foi recomendada — Dever de fundamentação — Gestão de um serviço — Erro manifesto de apreciação — Proporcionalidade da sanção — Circunstâncias atenuantes — Circunstâncias agravantes — Exceção de ilegalidade)*

(2015/C 146/57)

Língua do processo: inglês

### Partes

Recorrente: AX (Representante: L. Levi, advogado)

Recorrido: Banco Central Europeu (Representantes: M. López Torres e E. Carlini, agentes, e B. Wägenbaur, advogado)

### Objeto

Pedido de anulação da decisão de despedir o recorrente na sequência de um processo disciplinar instaurado por infração grave, e reparação do dano não patrimonial alegadamente sofrido.

### Dispositivo

- 1) *É negado provimento ao recurso.*
- 2) *AX suporta as suas próprias despesas e é condenado nas despesas incorridas pelo Banco Central Europeu.*

---

<sup>(1)</sup> JO C 274 de 21/09/2013, p. 33.

---

Acórdão do Tribunal da Função Pública (Segunda Secção) de 5 de março de 2015 — Gyarmathy/FRA

(Processo F-97/13) <sup>(1)</sup>

*«Função pública — Pessoal da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Agentes temporários — Recrutamento — Anúncio de vaga — Rejeição de uma candidatura»*

(2015/C 146/58)

Língua do processo: inglês

### Partes

Recorrente: Valéria Anna Gyarmathy (Győr, Hungria) (representantes: L. Levi e M. Vandenbussche, advogados)